



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 50ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 04 de agosto de 2015, com início às quatorze horas e quarenta e dois minutos sob a Presidência do Vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Cláudio Gaiteiro, Fernando Winter, Gugu Bueno, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Marcos Rios, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Professor Paulino, Romulo Quintino, Robertinho Magalhães, Pedro Martendal, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental dou por aberta à sessão e solicito ao senhor Secretário que efetue a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Projeto de lei nº 89/2015. Parecer nº 42 favorável da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo à emenda modificativa ao Projeto de lei nº 70/2015. Parecer nº 144 favorável da Comissão de Justiça e Redação à emenda 1 ao Projeto de lei nº 70/2015. Emenda modificativa nº 1 ao Projeto de lei 70/2015. Indicações nº 842 ao nº 892. Requerimentos nº 334 ao nº 353. Ofício SEAJUR/ATL nº 204, requer dilação de prazo pra remeter as informações solicitadas por meio do requerimento nº 259 do vereador Romulo Quintino. Parecer nº 11 favorável da Comissão de Defesa do Consumidor e Fiscalização dos Serviços Públicos Municipais ao Projeto de lei nº 75/2015. Parecer nº 15 favorável da Comissão de Educação, Cultura e Desporto ao Projeto de lei nº 75/2015. Parecer nº 131 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 75/2015. Parecer nº 143 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Decreto Legislativo nº 3/2015. Ofício SEAJUR/ATL nº 232 em resposta ao requerimento nº 323 do vereador Celso Dal Molin. Ofício nº 2007/2015 (vzm) do Poder Judiciário, em resposta ao requerimento nº 227 do vereador Jorge Bocasanta. Ofício nº 10/2015/CMC/Câmara Jovem convidando para a sessão ordinária, que ocorrerá terça-feira, dia 04/08/2015. Inscritos pra falar no grande expediente os vereadores: Professor Paulino, Rui Capelão e Luiz Frare. – Presidente: Finda está a matéria de expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA**: - Presidente: Deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. (Não houve). **ORDEM DO DIA** – Presidente: Em segunda discussão e votação o Projeto de lei nº 57/2015, que denomina de "Iraci Schwenck de Oliveira" um bem público municipal, e dá outras providências, de autoria do vereador Fernando Winter. Em discussão o projeto. Em votação, os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; Projeto de lei aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Em segunda discussão e votação o Projeto de lei nº 69/2015, que altera as Leis Municipais nº 6.275 de 08 de outubro de 2013 - Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017, 6.419 de 24 de novembro de 2014 - Diretrizes Orçamentárias para 2015 e 6.429 de 16 de dezembro de 2014 - Lei Orçamentária Anual para 2015 - Fundo



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Municipal de Saúde R\$ 23.000,00, de autoria do Executivo Municipal. Em discussão o projeto. Em votação, os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; Projeto de lei aprovado em segunda votação pela totalidade dos senhores vereadores. Temos a emenda nº 1 modificativa ao Projeto de lei nº 70/2015, que modificativa o Projeto de lei nº 70/2015 que dispõe sobre alteração de dispositivos legais da Lei Municipal nº 6.179/2013 - Lei de Uso do Solo no Município de Cascavel e dá outras providências. Comunico aos senhores vereadores que houve a tentativa de subemenda, mas como o prazo já tinha se esgotado não foi possível fazer essa subemenda; então fica valendo apenas essa emenda nº 1. Parece que a emenda era pra modificar a palavra “deverá” dessa emenda, mas não foi possível protocolar essa subemenda; então o que vale é essa emenda nº 1. Em discussão a emenda. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: Essa emenda modificativa vem ao encontro de solicitar ao Poder Executivo que, dê um prazo estabelecido maior que 3 anos ou que fixe em 5 anos. Essa subemenda que era pra ser protocolada que ao invés de “poderá”, pra que ficasse bem claro sobre a questão de licenças de alvará. Temos 7 vereadores que estão fazendo o apoio dessa emenda e, gostaria de pedir também, o apoio dos demais vereadores pra que essa emenda possa passar. Assim também, dizer que possamos dar mais um tempo às pessoas que necessitam fazer as suas regularidades, principalmente na questão que se diz, da lei do uso do solo. Muito obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. - Vereador Nei H. Haveroth: Ontem, usei o meu tempo pra falar a respeito do que foi deliberado sobre esse assunto no Concidades, ao representar essa Casa e o vereador Vanderlei Augusto da Silva também, representa o Conselho Comunitário lá, nosso suplente vereador Walmir Severgnini e temos a obrigação de transmitir a essa Plenária às questões tratadas, junto a esse Conselho. Também foi frisada esta questão do prolongamento do tempo. Na sugestão da Comissão inicial, tínhamos 5 anos lá e foi deliberado pra 3 anos; inclusive propus a redução pra 3 anos, porque se nós colocarmos 5 anos, as pessoas que vão ter o alvará vão ficar 4 anos tranquilas e, no último ano vão lá fazer a adequação de seus projetos. Vão ficar usufruindo de forma irregular pra o municipal, durante 4 anos e de forma tranquila. Isso é injusto perante aqueles que fazem as coisas corretas. Aquele empresário, aquele que construiu ou que têm suas adequações, que investiu neste sentido e está tendo uma concorrência desleal. É lógico que o município precisa destravar o sistema; descongestionar esse acúmulo de alvarás e de projetos que estão na Secretaria, por questões burocráticas e, que são realmente rígidas, muitas vezes. Mas também, conceder um tempo de 5 anos é muito extenso. Um ano é pouco, o ideal, se essa emenda fosse reduzindo pra 2 anos, seria ideal. Prolongar de 3 pra 5 anos, a meu ver estaríamos concordando com uma irregularidade. As pessoas que ficaram com o alvará da mesma forma que, aquele que



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

constrói, faz execução, tem sua empresa regularmente, com o mesmo direito. Acho que esta Casa, na minha opinião, não poderá acatar essa emenda; além do mais que o Conselho deliberou isso e como ouvi ontem, vereadores aqui colocando da questão da importância... Embora o vereador tenha autonomia e legitimidade pra propor qualquer emenda e, mudar e até não aderir, ao que o Conselho decida; é direito do parlamentar, mas com base no que vimos ontem e hoje o que temos colocado aqui, vejo que: é um retrocesso pra aqueles que caminham certo e que tentam colocar um ajuste pra que todos tenham o mesmo direito e pra que possamos viabilizar e não amarrar o empresário e aquele que precisa de um alvará, devido a um problema burocrático. Um caso de... às vezes até a demanda do serviço público não dá conta de atender em tempo hábil; 1 ano é pouco, 2 seria ideal e 3 anos já é um excesso, concedido ao empresário pra não ter desculpa depois; mas mesmo assim teremos a porcentagem dessas pessoas que vai chegar no último dia lá e deixaram pra última hora, pra fazer isso. Respeitando a decisão de quem propôs a emenda, quero me manifestar contrário à emenda; tendo em vista a origem do projeto e o benefício que traz pra sociedade coletivamente. Obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Rui Capelão. – Vereador Rui Capelão: Esse pedido de aumentar o prazo ficou bastante complicado. Porque o anseio dos nossos engenheiros e arquitetos é pra que o serviço público, seja mais eficiente possível. Quando estamos diminuindo de 5 pra 3, estamos procurando dar maior eficiência ao serviço público; portanto é parte daquilo que é anseio da nossa sociedade, dos profissionais da área. Então como falou o vereador Nei H. Haveroth, o prazo já é dilatado por 3 anos e, poderia ser até menos. Temos que trabalhar pra que o serviço público possa ser o mais eficiente possível e não começar a dilatar prazo por interesses, muitas vezes, de uma minoria. Não foram felizes os que assinaram essa emenda. Acho que temos que procurar pela eficiência do serviço público e não fazer com que sejam empurrados com a barriga determinados projetos, coisas de interesse da nossa sociedade. Se o Poder Executivo que pediu pra ser diminuído o prazo é porque tem competência de atender as necessidades da demanda, em menor prazo. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Nei H. Haveroth: Talvez, não tenha me manifestado a respeito; mas o senhor está falando em 5 redução pra 3, não. Hoje quem está com o problema não tem alvará, não tem tempo nenhum e, o certo é ele ter feito à coisa correta e o empecilho parou lá, por questões burocráticas. Agora o município está concedendo 3 anos. Ou ele não tinha nada, estava sem alvará ou terá o alvará durante 3 anos, pra regularizar a situação. Não houve uma redução, o que houve essa redução de 5 pra 3, foi na discussão interna do Concidades. Obrigado. – Vereador Rui Capelão: Bem colocado e temos que trabalhar pela eficiência do serviço público e que essas questões sejam regularizadas, o mais rápido possível. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Na realidade 5 anos, ainda é pouco. Sou contrário a tudo isso,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

porque o posto do Los Angeles faz 30 anos que foi construído e ainda está irregular. Esses 5 anos é pra o município se adaptar; é uma vergonha! No nosso consultório tinha um banheiro que faltou umas adequações, foram e multaram a gente. Vai no nosso consultório, é de fácil acesso, faltou por uns negocinhos lá; vou dar um exemplo: a Secretaria de Saúde ali não tem condições de funcionar ali, onde está. A escada não dá 80 centímetros, dá 80 numa medida certa. No nosso consultório foi bombeiro, tem 1,10 m que era 1,20 m e na época que fez o prédio era 1,10 m agora é 1,20 m; tem que dar 5 anos é pra o município, primeiro. Porque não existe a Vigilância Sanitária ir lá no privado e multar, se o público é uma porcaria pior que todos. Temos que dar 5 anos pra esse prefeito fazer, esse não, os outros, pra fazer adequação primeiro no serviço público e depois no privado. Vai no posto do Los Angeles; vai no posto de saúde e veja, quantos anos faz que tem o posto? Vamos dar tempo pra prefeitura fazer os 5 anos e depois nem mais um dia. Lembro que no Cascavel Velho, antes de construir o posto novo fizeram uma gambiarra, um puxadinho, e foram inaugurar o puxadinho; temos que dar 5 anos não pra iniciativa privada, mas pra o setor público fazer essas adequações. Por isso assinei, sou contra, acho que tudo que construiu errado tem que derrubar; mas se temos que derrubar o do serviço público não vai sobrar ninguém. O município tem que primeiro se adequar, pra depois vir fiscalizar. No posto central, vi o Celso mostrando: tem um consultório particular igual ao posto central? Não tem! A porcaria está no serviço público é uma vergonha os da Vigilância irem fiscalizar o privado, primeiro fiscalize o público. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Rui Capelão: Concordo plenamente, mas somos nós que temos que cobrar do serviço público. Se o serviço público está cobrando do particular, nós temos que cobrar do serviço público. Temos que fazer relatório, levantamento dentro dessas áreas e cobrar do prefeito, do secretário da área, de quem temos que cobrar, mas cobrar com veemência pra que possamos ter resultado. Não podemos adequar a uma coisa que vai ficar empurrando com a barriga daqui pra frente; assim como o serviço público empurra, o privado também vai empurrar. Não vamos deixar mais nem o serviço público e nem o privado empurrar, vamos cobrar dos dois. Acho que a coisa tem que andar dessa forma, senão não vamos conseguir trabalhar nesta Casa. – Vereador Jorge Bocasanta: O público deve ser o foco. Como vou cobrar um preço do lote do vizinho se não limpo o meu? Primeiro, temos que limpar nossa casa pra cobrar a casa dos outros. O problema maior é no serviço público; não precisa nem o Celso Dal Molin mostrar que tem esgoto na rua; visita o posto do Los Angeles. Esses dias fui visitar um senhor ali, antigo dono da Medianeira, ele foi no posto do Cancelli e disse: “duvido, que tem uma casa de saúde pior que o posto do Cancelli e, não fazem nada.” Só olhei e fiquei quieto, porque ele não conhece o Los Angeles que é pior. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Cláudio Gaitero. - Vereador Cláudio Gaitero: Realmente o poder público, quanto menos ele dificultar a situação das empresas, já está ajudando. A não



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

aprovação hoje desses 3 anos, passando pra 5 anos, vai empilhar mais ainda a mesa dos engenheiros na Secretaria de Planejamento e isso vai atrasar mais ainda a regularização das empresas. Vai fazer com que aqueles funcionários que poderão estar empregados também, não arrumem seus empregos em função da demora dessas empresas. Os próprios vereadores que fizeram a emenda tentaram corrigir com a subemenda, porém não tiveram tempo pra fazer a correção. Peço voto contrário à emenda nº 1 do projeto nº 70, pra que não prejudiquemos mais ainda as pessoas que querem fazer a regularização dentro do município de Cascavel. – Presidente: Em votação; proceda a votação nominal, senhor secretário. Em votação a emenda nº 1 modificativa ao Projeto de lei nº 70/2015. (Foram favoráveis, os vereadores: Fernando Winter, Celso Dal Molin, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Vanderlei Augusto da Silva e Professor Paulino). (Foram contrários, os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaiteiro, Ganso Sem Limite, Jorge Menegatti, Luiz Frare, Marcos Rios, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão e Walmir Severgnini) – Secretário: Com 13 votos contrários e 7 favoráveis, emenda rejeitada. – Presidente: Com 13 votos contrários e 7 favoráveis, a emenda nº 1 ao Projeto de lei nº70/2015 rejeitada. Passamos pra deliberação do Projeto de lei nº 70, em segunda discussão e votação. Em discussão o projeto. Em votação, os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; Projeto de lei aprovado em segunda votação pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Passamos pra segunda discussão e votação o Projeto de lei nº 73/2015, que altera dispositivo da Lei Municipal nº 6.489, de 10/06/2015, que dispõe sobre a regularização de edificações construídas em desacordo com a Lei Municipal nº 2.582, de 1996 (Código de Obras) e/ou com a Lei Municipal nº 6.179, de 2013 (Lei do Uso do Solo), de autoria dos vereadores: Robertinho Magalhães, Luiz Frare e Romulo Quintino. Em discussão o projeto. Em votação; os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem, Projeto de lei aprovado em segunda votação pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Temos um ofício da SEAJUR/ATL, requerendo dilação do prazo por 15 úteis, pra remeter informações solicitadas por meio do requerimento nº 259 do vereador Romulo Quintino. Em discussão o pedido. Em votação; os vereadores que forem favoráveis à dilação do prazo permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; pedido de dilação do prazo aprovado pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Temos os requerimentos: nº 317 de autoria do vereador Paulo Porto; nº 326 de autoria do vereador Jorge Bocasanta; nº 334 de autoria do vereador Professor Paulino; nº 317 de autoria do vereador Paulo Porto que requer informações ao município, a respeito dos pontos deliberados na Pré-Conferência da Saúde da USF Navegantes, na forma que especifica. O requerimento do vereador Jorge Bocasanta, requer informações da Prefeitura Municipal, a respeito do asfaltamento na rua Luiza



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Padovani, no bairro Morumbi. O requerimento nº 334 do vereador Professor Paulino, requer informações à Secretaria Municipal de Agricultura das condições das estradas rurais em que se circula o transporte escolar, nas linhas Pinhalzinho, Castelo Branco, São Roque e São Luiz, especialmente o cronograma de melhoria; nos termos que especifica. Requerimento nº 335 do vereador Professor Paulino que requer informações à Secretaria Municipal de Agricultura das condições das estradas rurais, em que se circula o transporte escolar para atender os alunos das imediações do assentamento Valmir Mota. O requerimento nº 336 de autoria do vereador Luiz Amélio Burgarelli subscrito pelo vereador Pedro Martendal, requer providências do excelentíssimo deputado estadual André Bueno/PDT, na ampliação do número de exames e cotas, liberadas para a 10ª Regional de Saúde de Cascavel. Requerimento nº 337 de autoria do vereador Pedro Martendal, requer ao Executivo Municipal informações sobre a retirada de pauta do anteprojeto de lei nº 40/2015. Requerimento nº 338 de autoria do vereador Romulo Quintino, requer informações acerca do projeto de construção de ciclovias, no município de Cascavel. O requerimento nº 339 de autoria do vereador Romulo Quintino, requer informações acerca do contrato de prestação de serviços com o município de Cascavel e Sanepar. O requerimento nº 342 de autoria do vereador Rui Capelão, requer informações referentes à retirada do anteprojeto de lei 40/2015, tem o mesmo objeto do requerimento nº 337. Então na deliberação, solicito aos senhores vereadores que a gente escolha um requerimento pra aprovar, pra que não sejam aprovados os dois requerimentos com o mesmo objeto. – Vereador Rui Capelão: Questão de ordem. – Presidente: Pois não. – Vereador Rui Capelão: Os questionamentos são diferentes, então em razão dos questionamentos serem diferentes; existe 2 requerimentos referentes ao mesmo assunto. Se os questionamentos fossem os mesmos, poderia ser um único requerimento; mas como são diferentes então, por isso é que existe 2 requerimentos com mesmo tema. Era isso. –Presidente: Argumentação acatada. Vamos deliberar os 2 requerimentos. Temos o requerimento nº 340 de autoria do vereador Pedro Martendal, que requer à Secretaria de Assistência Social informações sobre a implantação de um CRAS volante no distrito de São João do Oeste. O requerimento nº 341 do vereador Pedro Martendal, requer à Secretaria de Agricultura, informação referente à adequação e revitalização das estradas no distrito de São João do Oeste. O requerimento nº 343 de autoria do vereador Pedro Martendal, que requer informações acerca da acessibilidade no entorno do terminal rodoviário Dra. Helenise Pereira Tolentino, na forma que especifica. O requerimento nº 344 de autoria do vereador Pedro Martendal, que requer à Secretaria de Assistência Social informações, referentes ao Restaurante Popular. O requerimento nº 345 de autoria do vereador João Paulo de Lima, requer informações do Consórcio Intermunicipal Samu do Oeste/PR, acerca da possibilidade de instalação de uma base do Consamu na Upa do bairro Veneza. O requerimento nº 346 de autoria



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

do vereador Jorge Bocasanta, requer da Prefeitura Municipal de Cascavel, cópia de cronograma de execução de obra prevista no PDI, através do BID contrato de obras civis para reurbanização da Avenida Brasil e seu entorno. O requerimento nº 347 de autoria do vereador Pedro Martendal, requer ao Núcleo Regional de Educação informações sobre construção de uma nova sede para o Colégio Estadual Octávio Toso. Requerimento nº 348 de autoria dos vereadores: Luiz Frare, Walmir Severgnini e Fernando Winter, requer providências do Tribunal de Contas da União acerca de repasses de recursos financeiros ao Município de Cascavel. Requerimento nº 349 de autoria do vereador Jorge Menegatti, requer informações do Poder Executivo de Cascavel especialmente do volume total de água tratada pela Sanepar em Cascavel, nos seis primeiros meses de 2015, volume total de água faturada/recebido de fato em Cascavel no mesmo período e volume total de esgoto tratado e; o volume total de esgoto faturado no mesmo período, conforme especifica. O requerimento nº 350, requer informações do Poder Executivo de Cascavel. Da mesma forma o nº 351 também de autoria do vereador Jorge Menegatti. O requerimento nº 352 de autoria do vereador Nei H. Haveroth, requer ao deputado federal Evandro Roman esforços em viabilizar recursos para a execução de pavimentação poliédrica no Reassentamento São Francisco no município de Cascavel. O requerimento nº 353 de autoria dos vereadores Gugu Bueno e Nei H. Haveroth, requer informações acerca das determinações de encerramento de atividades e desocupação dos espaços, encaminhadas aos proprietários de bancas de revistas do município de Cascavel. Pergunto aos senhores líderes: se há consenso na deliberação dos requerimentos? - Vereador Luiz Frare: Destaque pra o nº 348. – Presidente: Como o senhor é autor do requerimento, o requerimento só é destaque se for pra votar contrário ao requerimento. Pergunto aos senhores vereadores, se há consenso na deliberação dos requerimentos? (-Consenso.) Em havendo consenso, coloco em discussão os requerimentos nº 317, nº 326, nº 334, nº 335, nº 336, nº 337, nº 338, nº 342, nº 339, nº 340, nº 341, nº 343, nº 344, nº 345, nº 347, nº 348, nº 349, nº 350, nº 351, nº 352, nº 353. Em discussão os requerimentos. Em votação; os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem, Requerimentos aprovados pela totalidade dos senhores vereadores. Finda está à matéria da ordem do dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** – Presidente: Deixo a palavra livre aos senhores vereadores para pronunciamento de interesse público. Temos a inscrição dos vereadores Professor Paulino, Rui Capelão e Luiz Frare. – Vereador Jaime Vasatta: Questão de ordem. Gostaria de pedir dispensa, devido compromisso. – Presidente: Dispensado. Com a palavra vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Começo fazendo uma rápida avaliação daquilo que certamente será tema da nossa Frente Parlamentar; provavelmente amanhã, quando apresentaremos os resultados das nossas visitas às unidades de saúde. Quero fazer um destaque aos pontos



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

positivos que nós também, encontramos. Tivemos de modo especial nas Unidades da Família, pessoas felizes dando depoimentos positivos assim como, os funcionários; embora reclamando de falta de funcionários de modo especial, agentes de limpeza, enfermeiras, mas as que estão; estão se superando e cobrindo a falta das ausentes. De positivo, vimos o funcionamento do Mais Médicos. Temos que reconhecer o que está funcionando e questionar o que é frágil. Encontramos também, médicos estrangeiros que estão sendo acolhidos em nosso meio; uma cubana e um queniano que estão tratando da saúde de Cascavel de forma bem eficaz. Só lamentamos não ter aderido com mais rapidez a essas políticas que, aliviariam a dor da população. Temos ponto já ressaltado pela Frente Parlamentar, que foi as visitas em algumas unidades, muito faladas. Acho que ninguém vai esquecer o Los Angeles e a unidade central, que é triste ver aquela situação. Esperamos que, o mais breve, possamos ver o Executivo se mexendo pra resolver essas questões. Outro ponto positivo: estamos ouvindo a imprensa nacional falando muito sobre a crise e parece que também, entramos nesta situação de crise do Brasil, que parece que o Brasil é uma bolha e que só aqui é crise. Temos a crise do capitalismo. Mas encontrei uma matéria divulgada: último boletim do Banco Central sobre o setor externo e, divulgado na quarta-feira 22, que mostra que os investimentos diretos no Brasil aumentaram em 5,8 bilhões no mês de julho, somando os últimos 12 meses e mais de 81,9 bilhões de dólares, que estão entrando em nosso país. E evidentemente que, um país que só existe crise, problemas; o capital externo não vem. Empresas de grande capital como Adip, outras fábricas de carros, montadoras, vem dar emprego pra nossa população. Importante que a gente faça esse destaque e, gostaria de fazer destaque em uma frase da nossa senadora Gleisi Hoffman: apesar da crise utilizada pela imprensa, a imagem da Copa; frase utilizada pelos veículos de comunicação pra questionarem a capacidade do governo brasileiro de organizar evento mundial, ou seja, apesar da Copa e agora a frase utilizada normalmente é: apesar da crise. Há um excesso de pessimismo em relação à economia, ora como temos uma crise nas proporções anunciadas pela imprensa, se há lucro nas instituições financeiras, investimentos estrangeiros? Ela avalia: como se coloca uma crise tão grande agora em nosso país, quando temos muitos investimentos estrangeiros em nosso país? Então, não dá pra ficar só pensando em dizer: a crise, a crise. Nós temos a crise como é a crise do capitalismo. Gostaria de não estar falando em... não é meu objetivo estar defendendo empresa capitalista; eu de modo especial acho que nós, enquanto Partido também estar defendendo empresas capitalistas; temos que defender investimento social. Não é exatamente o que gostaríamos, queríamos mais universidades públicas. Mas tivemos aí, está aberta a inscrição pra o FIES, pra nossos alunos oriundos das escolas públicas que, muitas vezes, infelizmente acabam tendo que ir pra iniciativa privada, por uma série de contingências a qualidade da educação pública em nosso estado, país também, onde a iniciativa privada se



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

aproveita pra poder oferecer seus cursos; mas é uma possibilidade pra nossos jovens poderem estudar. Se falava muito, em relação à crise do FIES: o FIES acabou. Não acabou! O governo está reestruturando e estão abertas as inscrições pra mais uma etapa do FIES, pra todo Brasil; reforçando uma perspectiva ainda de otimismo. Acreditamos que o Brasil não é uma bolha e não é o único país do mundo que está em crise. O Brasil dentro desse contexto, o capitalismo em crise, Grécia em crise, Europa em crise, nós também sofremos com essa situação e temos a tendência... Não vou ler todas as matérias que também, fazem uma avaliação positiva e nós, brasileiros, cascavelenses também, temos condições de avançar pra além dessa chamada crise. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Robertinho Magalhães: A gente, lógico que questiona esses números, porque os fatos são evidentes. O Brasil não vai bem e isso é fato. Até outubro passado todo mundo dizia que o Brasil ia bem, era o paraíso, assim como o Estado do Paraná e a coisa virou. De fato, a gente lamenta esse número todo e questiona a questão social e não é positiva. Obrigado! - Vereador Professor Paulino: De fato estamos atravessando uma questão social, no Paraná. Quando tivemos no final do ano passado, que era pra melhorar a economia, o aumento de 94.000 itens da nossa economia, ouvi a rede Globo falando do aumento da luz. Nenhum Estado aumentou as tarifas como no nosso estado e, cria um problema social. (-Um aparte) Pois não! – Presidente: Vossa Excelência é um homem defensor do PT, muito ligado às causas do PT. Evidentemente que temos discordâncias, em relação ao quadro atual do Brasil, mas talvez Vossa Excelência possa nos ajudar a interpretar algo que não entendemos. Como ficou aquele negócio da meta, da presidente Dilma? Tinha uma meta, ficou aberta a meta, ia dobrar a meta; Vossa Excelência consegue nos explicar que meta é essa, qual a meta e, se vamos atingir a meta? - Vereador Professor Paulino: A meta no Brasil seria acabar com toda fome e miséria e garantir 100% das crianças na escola. São metas fundamentais e isso, atingiremos; inclusive seu Partido faz parte da base do governo. Obrigado! – Presidente: Muito bem, entendi qual a meta da presidente Dilma. Com a palavra Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Quero parabenizar vereador Professor Paulino pela coragem em defender o governo brasileiro. O senhor vai ser o último dos moicanos. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Pedro Martendal: Vereador Professor Paulino, o seu discurso veemente em relação ao PT estava tão emocionante que não quis interromper seu raciocínio. Só quero deixar um questionamento no ar e, que até agora não consegui entender, como o PT conseguiu deixar a gauchada daquele jeito. Obrigado. – Vereador Luiz Frare: Vou rapidamente tentar nestes 10 minutos, ver se abordo vários assuntos. O primeiro deles é o requerimento nº 348, que a Comissão de Economia, Finanças e Orçamento encaminhou ao Tribunal de Contas da União. É sabido que todos os municípios brasileiros, em especial os de menor porte, têm sofrido muito com a queda da arrecadação da FPM no Brasil, nos últimos 8 anos. Nós aqui, em Cascavel, já há algum



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

tempo, fizemos um cálculo. Nos últimos 5 anos Cascavel perdia ou deixava de receber 20% ao ano de FPM, que deveria ter vindo e não veio, pela irresponsabilidade de uma equipe econômica que fez, além das pedaladas fiscais pra cobrir o déficit público, fez algumas desonerações que hoje o povo brasileiro está pagando a conta. Pra que os vereadores tenham conhecimento: nos últimos 8 anos, o município de Cascavel deixou de receber R\$ 98.880.000,00 de FPM e não foi o Luiz Frare que calculou, foi a Confederação Nacional dos Municípios. Se nós aqui em Cascavel, que temos na arrecadação do FPM a 5ª ou 6ª importância no orçamento, imagine os 95% dos municípios brasileiros que dependem muito e fortemente da arrecadação número 1, que é o FPM. Pra esses municípios e hoje pela manhã, lendo o Jornal Paraná vi a seguinte matéria: “municípios devem exonerar servidores, se extrapolarem limite de gastos com a folha.” Verificada a extrapolação de 95% do limite, de 545 da receita corrente líquida com despesas de pessoal o Executivo Municipal deverá reduzir em pelo menos 20% os gastos com comissionados e funções de confiança. Caso isso não seja suficiente, para voltar ao limite, deverá exonerar os servidores não estáveis. Se, ainda assim, persistir a extrapolação, servidores estáveis deverão ser exonerados. Essa é uma orientação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e, essa foi a resposta a um questionamento de um município pequeno, que está próximo do limite prudencial a ser extrapolado e fez esse questionamento; porque ele tem servidores lá em estágio probatório, tem servidores concursados, mas que já estão aposentados pelo INSS e ele fez essa pergunta: “posso mandar embora?” Não pode. Isso é preocupante. No momento que o Tribunal de Contas se manifesta e dá uma orientação dessas aos municípios é preocupante. Acho que cada município tem que procurar, a exemplo do que o município de Cascavel fez em 2013, procurar maneiras e fórmulas de equacionar. E o castigo pra os municípios que não conseguem é o corte de repasses do governo federal, convênios, etc. É preocupante essa posição do Tribunal de Contas, porque na esteira do município que consultou o Tribunal de Contas temos em torno de 200 municípios do Paraná com dificuldade pra fechar o índice prudencial, dentro dos limites permitidos. Na próxima semana, quando estiver fechado o orçamento do mês de julho, a Comissão de Economia, Finanças e Orçamento convidará o Secretário de Finanças pra esclarecer todas as dúvidas dos vereadores. Oportunamente, vamos convidá-los e dizer qual data que ela vai vir e é na Comissão de Economia pra que os vereadores tirem dúvidas de quanto o Estado, a União e os convênios que estão aí, estão devendo de repasse pra o município de Cascavel. Tem uma faculdade aqui, que precisa ampliar um hospital-escola e essa faculdade teve autorização pra aumentar o número de alunos no curso de medicina. O FIES, caro Professor Paulino, deve 30 milhões de reais pra essa faculdade. Se esse dinheiro vier vai se construir o anexo, se não vier vai ficar parado aí o curso, e, não sei se vai ficar nos 160 ou vai diminuir; aí é outra história. Por que a gente tanto fala e tanto diz? No



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

momento que o governo federal vem e abre mais 5,1 bilhões de reais pra o FIES, parabéns, mas é uma atitude demagógica, irresponsável, porque o próprio governo federal deve 7,5 bilhões de reais pra o sistema educacional brasileiro; no quesito FIES fora o PROUNI. Tem escola fechando, pegando empréstimo, porque não está conseguindo pagar a folha de pagamento dos seus servidores; então Professor Paulino, quando o senhor fala que a crise não é só brasileira, eu pergunto: onde é que além do Brasil vai ter uma desaceleração do PIB de 1,9% ao longo de 2015, quando a média mundial vai ser em torno de 3% de crescimento? Se vamos ter um retrocesso de 2%, praticamente isso dá uma diferença de 5%, em relação à média mundial. Tem vindo investimento; felizmente a presidente Dilma teve a visão de convidar um executivo da iniciativa privada, banqueiro do Banco Bradesco, pra tentar colocar em ordem a casa, nos próximos anos. Acho que vai ser difícil, porque o Congresso não está dando o respaldo que ele, ministro Levy precisaria pra colocar a casa em ordem. Estou torcendo pra que a Dilma termine os 3 anos e meio de mandato, porque se houver uma próxima eleição, haja vontade que houver do candidato eleito não vai conseguir colocar essa casa em ordem e não conseguindo colocar, como a própria Dilma não vai colocar, aí vem nosso querido Luiz Inácio Lula da Silva propenso a admitir a ser candidato daqui a 3 anos e meio. Desgraça por desgraça, vamos deixar como está e esperar como fica; porque haja irresponsabilidade desses governantes. (- Um aparte) Pois não. – Vereador Professor Paulino: Tirar 40 milhões de pessoas da miséria não é irresponsabilidade. – Vereador Luiz Frare: O senhor faz parte daqueles 7% que ainda, estão nas fileiras do PT. Espero que o senhor apague a luz. – Presidente: Com a palavra vereador Rui Capelão. – Vereador Rui Capelão: Vim comentar um requerimento, ao qual fiz ao Poder Executivo e a sua resposta. Aliás, já foi cobrado aqui na Casa que, fazemos requerimentos e recebemos as respostas e não trazemos a público a resposta do Executivo. Claro que sabemos que temos o interesse em uma determinada informação, mas o Poder Executivo procura, muitas vezes, dar outro foco. Neste caso, gostaria de mostrar o loteamento Sara Elisa que fiz um requerimento, uma determinada informação pra saber da área de utilidade pública desse loteamento. Porque na planta que recebi não consta a área de utilidade pública e não consta nem 50% dos 15% que são obrigatórios. Lamentavelmente, pedi informação ao Executivo sobre essa área de utilidade pública que estava escrito lá na planta do loteamento, que essa área seria dada em outra localidade. (Exibição de slide) Aí aparece aquela parte verde é a área de utilidade pública que, deixaram neste loteamento. Vocês vão ver que na parte de cima tem uma tira verde, aquela pequena tira também, é área de utilidade pública e num local de preservação permanente e o que notei aí e que consta ali: que será doada em outro local. O que me responde o Executivo: em resposta ao requerimento, temos a informar sobre a complementação da área de utilidade pública do loteamento Sara Elisa, por meio de protocolo administrativo



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

a loteadora do loteamento Sara Elisa ofertou como complementação da área de utilidade pública o lote 54P, da gleba Cascavel, matrícula sob nº 18.518, localizado no bairro Santa Felicidade; deslocaram a área de utilidade pública, neste sentido. Não havendo concordância do serviço público ou da Secretaria de Planejamento, então diz aqui: não havendo acesso por via oficial a loteadora está oferecendo uma nova área, através de protocolo nº 65043/2012, localizado no lote 26, da gleba Cascavel, localizado no bairro Universitário; a sua viabilidade se encontra em análise pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo. Hoje, você tem que deixar 15% da área pra utilidade pública. Eles não estão deixando e estão dando outras áreas de menor valor, sem interesse público aonde você não vai poder construir escola, posto de saúde e outros bens públicos, pra beneficiar o loteador. Isso é um grande absurdo e um desrespeito às famílias que compram um lote sem saber as dificuldades que vão ter, posteriormente. As famílias que vão morar lá têm crianças, é o caso do Barcelona onde não deixaram um metro de área pra colocação de equipamentos públicos e ao lado do Barcelona tem o Pantanal com 500 casas, 500 famílias e, podemos contar no mínimo 2 crianças por família e, seriam 1.000 crianças; isso é o que absorve o CAIC I. Se o CAIC I não absorve 1.000 crianças, lá no Pantanal não tem nenhuma área pra absorver essas crianças. O colégio, e o Barcelona do lado que poderia absorver com equipamentos públicos, também a área deram lá no aeroporto. São coisas do serviço público que temos que olhar com carinho, pra podermos ter respeito às futuras gerações que vão ter problemas sérios dentro de Cascavel. Talvez não estejamos aqui, pra acompanhar as dificuldades dessa família, mas vamos deixar aqui um trabalho de péssima qualidade ao desenvolvimento de Cascavel. Peço aos senhores que se empenhem nisso, porque isso é planejamento urbano e temos que cuidar do nosso planejamento urbano pra o futuro. Obrigado! – Presidente: Não havendo mais ninguém pra pronunciamento de interesse público, encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às dezesseis horas e dois minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

ROMULO QUINTINO

Secretário